SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

TEORIA GERAL DOS RECURSOS

1. INTRODUÇÃO 37
   1.1. FUNDAMENTOS, CONCEITO E CARACTERÍSTICAS (REGRAS) 37
   1.2. NATUREZA JURÍDICA 40
2. PRINCÍPIOS 43
   2.1. DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO 44
      2.2.1. Exceções ao duplo grau de jurisdição 45
         2.2.1.1. Recursos especial e extraordinário 45
         2.2.1.2. Foro por prerrogativa de função 46
   2.2. TAXATIVIDADE 47
   2.3. UNIRRECORRIBILIDADE 49
   2.4. FUNGIBILIDADE E CONVOLAÇÃO 51
      2.4.1. Princípio da fungibilidade 51
      2.4.2. Princípio da convolação 53
      2.4.3. Quadro-resumo (fungibilidade x convolação) 54
   2.5. VOLUNTARIEDADE E DISPONIBILIDADE 55
      2.5.1. Quadro-resumo (voluntariedade x disponibilidade) 57
   2.6. *NON REFORMATIO IN PEJUS* E *REFORMATIO IN MELLIUS* 58
      2.6.1. *Non reformatio in pejus* 58
         2.6.1.1. *Non reformatio in pejus* direta 58
         2.6.1.2. *Non reformatio in pejus* indireta 60
      2.6.2. *Reformatio in mellius* 63
   2.7. DIALETICIDADE 65
      2.7.1. Exceção ao princípio da dialeticidade 67
   2.8. COMPLEMENTARIEDADE 68
   2.9. COLEGIALIDADE 69
      2.9.1. Breves considerações acerca da organização interna dos tribunais de segunda instância 70
3. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE: PRELIBAÇÃO 72
   3.1. PRESSUPOSTOS RECURSAIS OBJETIVOS 73
      3.1.1. Cabimento 73

3.1.2. Tempestividade 75
3.1.2.1. Características do prazo recursal no processo penal... 75
3.1.2.2. Contagem do prazo recursal criminal 76
3.1.2.3. Justa causa para a perda do prazo recursal 78
3.1.2.4. Prazo recursal para a defesa 79
3.1.2.5. Prazo recursal para o Ministério Público 81
3.1.2.6. Prazo em dobro 83
3.1.2.7. Férias forenses 84
3.1.2.8. Interposição do recurso através de instrumentos de transmissão de dados e imagens (fax) 86
3.1.2.9. Intimação e citação por meios eletrônicos 86
3.1.3. Regularidade formal 89
3.1.3.1. Forma na interposição do recurso 89
3.1.3.2. Forma no arrazoamento do recurso 90
3.1.4. Preparo 92
3.2. PRESSUPOSTOS RECURSAIS SUBJETIVOS 93
3.2.1. Legitimidade recursal ativa 94
3.2.1.1. Capacidade do réu para interpor recursos 94
3.2.1.2. Da legitimidade do assistente de acusação 95
3.2.2. Interesse recursal 99
3.2.2.1. Da renúncia e da desistência 99
3.2.2.2. Interesse recursal do réu na sentença absolutória ... 101
3.2.2.3. Interesse recursal do Ministério Público após ter requerido a absolvição do réu 107
4. EFEITOS DOS RECURSOS 108
4.1. EFEITO OBSTATIVO 109
4.2. EFEITO DEVOLUTIVO 109
4.2.1. Efeito devolutivo quanto ao direcionamento 110
4.2.2. Efeito devolutivo quanto à extensão 111
4.2.3. Efeito devolutivo quanto à amplitude 112
4.2.3.1. Recurso da acusação 113
4.2.3.2. Recurso da defesa 114
4.3. EFEITO SUSPENSIVO 115
4.4. EFEITO REGRESSIVO 118
4.5. EFEITO EXTENSIVO 119
5. CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS 120
5.1. QUANTO À FUNDAMENTAÇÃO 120
5.1.1. Recurso de fundamentação livre 120
5.1.2. Recurso de fundamentação vinculada 121
5.2. QUANTO À EXTENSÃO DA MATÉRIA IMPUGNADA 122
5.2.1. Recurso total 122

5.2.2. Recurso parcial 123
5.3. QUANTO ÀS FONTES NORMATIVAS 123
5.3.1. Recursos constitucionais 123
5.3.2. Recursos legais 123
5.4. QUANTO AO OBJETO (MOTIVAÇÃO) 124
5.4.1. Recursos ordinários 124
5.4.2. Recursos extraordinários 125

CAPÍTULO 2

DOS RECURSOS EM ESPÉCIE

1. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO (ARTS. 581 A 592 DO CPP) 127
1.1. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA 127
1.2. CABIMENTO 128
1.2.1. Hipóteses de cabimento do art. 581 do CPP 129
1.2.1.1. Decisão que não receber a denúncia ou queixa (art. 581, I) 130
1.2.1.2. Decisão que declarar a incompetência do juízo (art. 581, II) 132
1.2.1.3. Decisão que julgar procedente as exceções, salvo a de suspeição (art. 581, III) 133
1.2.1.4. Decisão que determinar a pronúncia do réu (art. 581, IV) 136
1.2.1.5. Decisão que concede, nega, arbitra, cassa ou julga inidônea a fiança, indefere requerimento de prisão preventiva ou o revoga, concede liberdade provisória ou relaxa a prisão em flagrante (art. 581, V) 137
1.2.1.6. Decisão que julgar quebrada a fiança ou perdido o seu valor (art. 581, VII) 140
1.2.1.7. Decisão que decretar a prescrição ou julgar, por outro motivo, extinta a punibilidade (art. 581, VIII) 142
1.2.1.8. Decisão que indeferir o pedido de reconhecimento da prescrição ou de outra causa extintiva da punibilidade (art. 581, IX) 144
1.2.1.9. Decisão que conceder ou negar a ordem de habeas corpus (art. 581, X) 144
1.2.1.10. Decisão que anular o processo da instrução criminal, no todo ou em parte (art. 581, XIII) 145
1.2.1.11. Decisão que incluir ou excluir jurado da lista geral (art. 581, XIV) 147
1.2.1.12. Decisão que denegar a apelação ou a julgar deserta (art. 581, XV) 148

1.2.1.13. Decisão que ordenar a suspensão do processo, em virtude de questão prejudicial (art. 581, XVI)..... 149
1.2.1.14. Decisão que decidir o incidente de falsidade (art. 581, XVIII) 150
1.2.1.15. Decisão que recusar homologação à proposta de acordo de não persecução penal (art. 581, XXV) 151
1.2.2. Outras situações de cabimento do recurso em sentido estrito..... 153
1.3. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS..... 154
1.3.1. Forma e prazo 154
1.3.2. Processamento 156
1.3.3. Competência para o julgamento..... 161
1.3.4. Resumo esquemático do procedimento no recurso em sentido estrito 162
1.4. EFEITOS 163
1.5. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO NA PRÁTICA..... 166
1.5.1. Recurso em sentido estrito para a defesa técnica 169
1.5.1.1. Modelo genérico de recurso em sentido estrito sem as razões anexas..... 170
1.5.1.2. Modelo genérico de recurso em sentido estrito com "folha de rosto" e razões anexas 171
1.5.1.3. Modelo de recurso em sentido estrito interposto pela defesa em caso concreto 174
1.5.2. Recurso em sentido estrito para a assistência à acusação... 181
1.5.2.1. Modelo de recurso em sentido estrito interposto pelo assistente de acusação em caso concreto 182
2. APELAÇÃO (ARTS. 593 A 603 DO CPP)..... 189
2.1. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA..... 189
2.2. ESPÉCIES DE APELAÇÃO 190
2.2.1. Apelação plena e apelação parcial 190
2.2.2. Apelação principal e apelação subsidiária 191
2.2.3. Apelação sumária e apelação ordinária 192
2.3. HIPÓTESES DE CABIMENTO 193
2.3.1. Sentenças definitivas de condenação ou absolvição proferidas por juiz singular (art. 593, I, do CPP)..... 193
2.3.2. Decisões definitivas ou com força de definitivas proferidas por juiz singular, nos casos não previstos no capítulo anterior (art. 593, II, do CPP) 195
2.2.3. Apelação das decisões do Tribunal do Júri (art. 593, III, do CPP) 206
2.4. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS 226
2.4.1. Forma, preparo e prazo 226

2.4.2. Legitimidade e interesse recursal 231
2.4.3. Processamento e competência para o julgamento 232
2.5. EFEITOS 235
2.6. RECURSO DE APELAÇÃO NA PRÁTICA 238
2.6.1. Recurso de apelação para a defesa técnica 240
2.6.1.1. Modelo genérico de recurso de apelação com pedido de interposição das razões diretamente perante o tribunal *ad quem* (art. 600, § 4º, do CPP) 241
2.6.1.2. Modelo de recurso de apelação defensivo interposto em caso concreto com as razões já anexas ... 242
2.6.2. Recurso de apelação para a assistência à acusação 250
2.6.2.1. Modelo de recurso de apelação interposto pelo assistente em caso concreto com as razões já anexas 251
3. EMBARGOS INFRINGENTES E EMBARGOS DE NULIDADE (ART. 609, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPP) 258
3.1. CONCEITO E CABIMENTO 258
3.2. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS 263
3.2.1. Prazo, forma e preparo 263
3.2.2. Legitimidade ativa e competência para o julgamento 264
3.3. QUESTÕES IMPORTANTES NO ÂMBITO DOS EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE 265
3.3.1. A problemática da divergência parcial 266
3.3.2. Recurso cabível após o julgamento dos embargos infringentes ou de nulidade 269
3.3.3. Embargos infringentes e de nulidade em face de recurso especial (STJ) e extraordinário (STF) 270
3.4. EFEITOS 271
3.5. EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE NA PRÁTICA 273
3.5.1. Embargos infringentes interpostos pela defesa em caso concreto 274
3.5.2. Embargos de nulidade interpostos pela defesa em caso concreto 281
4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ARTS. 619 E 620 DO CPP) 287
4.1. CONCEITO, OBJETO E NATUREZA JURÍDICA 287
4.2. CABIMENTO 287
4.3. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS 290
4.4. EFEITOS 291
4.4.1. Efeito interruptivo do prazo dos demais recursos 292
4.4.2. Embargos declaratórios com efeitos infringentes 293

4.5. EMBARGOS DECLARATÓRIOS PARA FINS DE PREQUESTIONAMENTO 294
4.5.1. Embargos de prequestionamento na prática defensiva forense 295
4.5.1.1. Modelo de embargos de declaração com finalidade de prequestionamento interpostos pela defesa em caso concreto 296
5. AGRAVO EM EXECUÇÃO (ART. 197 DA LEI Nº 7.210/1984) 302
5.1. CONCEITO E CABIMENTO 302
5.2. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS 305
5.2.1. Forma, prazo e rito 305
5.2.2. Legitimidade ativa e competência para o julgamento 306
5.3. EFEITOS 307
5.4. AGRAVO EM EXECUÇÃO NA PRÁTICA DEFENSIVA 308
5.4.1. Agravo em execução interposto pela defesa em caso concreto 309
6. CARTA TESTEMUNHÁVEL (ARTS. 639 A 646 DO CPP) 316
6.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS, CABIMENTO E CARACTERÍSTICAS 316
6.2. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS 317
6.2.1. Prazo e forma 317
6.2.2. Processamento e competência para o julgamento 318
6.3. EFEITOS 319
7. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL CRIMINAL (ARTS. 102, II, E 105, II, DA CF E ARTS. 30 A 32 DA LEI Nº. 8.038/1990) 321
7.1. CONCEITO E CABIMENTO 321
7.1.1. Cabimento do ROC perante o STF 322
7.1.2. Cabimento do ROC perante o STJ 323
7.2. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS 325
7.2.1. Procedimento do ROC no STJ 325
7.2.2. Procedimento do ROC no STF 326
7.3. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL NA PRÁTICA 328
7.3.1. Modelo genérico de ROC defensivo interposto perante o STJ contra decisão denegatória de *habeas corpus* 329
8. RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO (ARTS. 102, III, E 105, III, DA CF/88) 332
8.1. CONCEITO, CONSIDERAÇÕES GERAIS E NATUREZA JURÍDICA 332
8.2. CABIMENTO 334
8.2.1. Hipóteses de cabimento do recurso especial 334

8.2.1.1. Decisão que contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência (art. 105, III, "a", da CF) 335
8.2.1.2. Decisão que julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal (art. 105, III, "b", da CF) 339
8.2.1.3. Decisão que dá a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal (art. 105, III, "c", da CF) 340
8.2.2. Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário 342
8.2.2.1. Decisão que contraria dispositivo da Constituição Federal (art. 102, III, "a", da CF) 344
8.2.2.2. Decisão que declara a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal (art. 102, III, "b", da CF) 347
8.3. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE 350
8.3.1. Pressupostos de admissibilidade ordinários 351
8.3.2. Pressupostos de admissibilidade extraordinários aplicáveis a ambos os recursos 353
8.3.2.1. Da "vedação ao reexame fático-probatório" (Súmulas 7 do STJ e 279 do STF) 354
8.3.2.2. Exigência de prequestionamento da matéria (Súmula 282 do STF) 358
8.3.2.3. Exigência de enfrentamento de todos os temas que sustentaram o acórdão impugnado (Súmula 283 do STF e Súmula 126 do STJ) 361
8.3.2.4. Exigência de esgotamento das vias ordinárias (Súmula 281 do STF e Súmula 207 do STJ) 362
8.3.3. Pressupostos de admissibilidade extraordinários aplicáveis a apenas um dos recursos 363
8.3.3.1. A "repercussão geral" no recurso extraordinário (art. 102, § 3º, da CF) 364
8.3.3.2. A "relevância da questão federal" no recurso especial (art. 105, § 2º, da CF) 368
8.4. PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DOS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO 374
8.4.1. Interposição simultânea de recurso extraordinário e recurso especial 377
8.4.2. Múltiplos recursos extraordinários e especiais repetitivos sob idêntica controvérsia 379
8.5. EFEITOS DOS RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO 383
8.5.1. Efeito devolutivo 383
8.5.2. Efeito suspensivo 384
8.5.3. Efeito regressivo 387
8.6. RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO NA PRÁTICA FORENSE . 387

8.6.1. Recurso especial na prática 399
8.6.1.1. Recurso especial interposto pela defesa em caso concreto com fundamento na alínea "a" do art. 105, III, da CF 403
8.6.1.2. Recurso especial interposto pela defesa em caso concreto com fundamento na alínea "c" do art. 105, III, da CF 418
8.6.2. Recurso extraordinário na prática 430
8.6.2.1. Modelo genérico de recurso extraordinário interposto pela defesa com fundamento na alínea "a" do art. 102, III, da CF 433
9. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO (ART. 1.042 DO CPP) 438
9.1. CONCEITO E CABIMENTO 438
9.2. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS 441
9.3. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO NA PRÁTICA 443
9.3.1. Modelo de agravo em recurso especial interposto contra decisão de inadmissibilidade de tribunal de justiça 445
10. AGRAVO INTERNO OU REGIMENTAL (ART. 1.021 DO CPC/2015, ART. 258 DO RISTJ, ART. 317 DO RISTF E ART. 39 DA LEI Nº 8.038/1990) 449
10.1. CONCEITO E CABIMENTO 449
10.1.1. Cabimento do agravo regimental criminal nos Tribunais de 2ª instância 450
10.1.2. Cabimento do agravo regimental criminal perante as Cortes Superiores (STJ e STF) 453
10.1.3. Resumo esquemático 455
10.2. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS 456
10.2.1. Processamento do agravo regimental no STJ e STF 456
10.3. AGRAVO REGIMENTAL NA PRÁTICA CRIMINAL 457
10.3.1. Modelo de agravo regimental em recurso especial perante o STJ 458
11. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA (ARTS. 330 A 336 DO RISTF, ARTS. 266 E 267 DO RISTJ, E ARTS. 1.043 E 1.044 DO CPC/2015) 463
11.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS E CONCEITO 463
11.2. CABIMENTO E ASPECTOS PROCEDIMENTAIS 464
11.2.1. Cabimento, processamento e julgamento dos embargos de divergência no STJ (arts. 11, XIII, 12, parágrafo único, I, e 266 a 267 do RISTJ) 467
11.2.2. Cabimento, processamento e julgamento dos embargos de divergência no STF (arts. 330 a 332 e 334 a 336 do RISTF) 471

11.2.3. Cabimento dos embargos de divergência em face dos agravos previstos nos arts. 1.021 e 1.042 do CPC/2015 (agravo interno/regimental e agravo em recurso especial/extraordinário) 473
11.2.3.1. Decisão monocrática do ministro relator (do STJ ou STF) do agravo em recurso especial/extraordinário 475
11.2.3.2. Decisão proferida pelo colegiado no julgamento de agravo em recurso especial/extraordinário 476
11.2.3.3. Decisão proferida no julgamento de agravo interno/regimental 483

CAPÍTULO 3

AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO & CORREIÇÃO PARCIAL

1. *HABEAS CORPUS* 485
1.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS E PRECEDENTE HISTÓRICO 485
1.2. CONCEITO E NATUREZA JURÍDICA 486
1.3. CLASSIFICAÇÃO: ESPÉCIES DE *HABEAS CORPUS* 490
1.3.1. *Habeas corpus* repressivo (ou liberatório) 490
1.3.2. *Habeas corpus* preventivo 490
1.3.3. *Habeas corpus* profilático 492
1.4. OBJETO E CABIMENTO 492
1.4.1. Coação ilegal: hipóteses de cabimento previstas no rol do art. 648 do CPP 493
1.4.1.1. Quando não houver justa causa (art. 648, I) 493
1.4.1.2. Quando alguém estiver preso por mais tempo do que determina a lei (art. 648, II) 496
1.4.1.3. Quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo (art. 648, III) 497
1.4.1.4. Quando houver cessado o motivo que autorizou a coação (art. 648, IV) 499
1.4.1.5. Quando não for alguém admitido a prestar fiança, nos casos em que a lei autoriza (art. 648, V) 500
1.4.1.6. Quando o processo for manifestamente nulo (art. 648, VI) 501
1.4.1.7. Quando extinta a punibilidade (art. 648, VII) 503
1.4.2. Outras hipóteses de cabimento do habeas corpus na esfera criminal 505
1.4.2.1. *Habeas corpus* objetivando o trancamento de processo criminal 505

1.4.2.2. *Habeas corpus* objetivando a suspensão do processo por questão prejudicial que versa sob o estado das pessoas (art. 92 do CPP) 507
1.4.2.3. *Habeas corpus* frente à medida protetiva no âmbito da violência doméstica 507
1.4.2.4. *Habeas corpus* frente às medidas cautelares diversas da prisão 510
1.4.2.5. *Habeas corpus* impetrado por promotor de justiça ou assistente de acusação visando anular processo que absolveu o réu 511
1.4.2.6. *Habeas corpus* objetivando agilizar a tramitação de processo criminal 511
1.4.2.7. *Habeas corpus* frente à decisão já transitada em julgado 512
1.4.3. Cabimento do *habeas corpus* no âmbito de outras esferas do direito e de situações excepcionais de estado 514
1.4.3.1. Punições disciplinares militares 514
1.4.3.2. Estado de sítio 516
1.4.3.3. Prisão administrativa 517
1.5. PRESSUPOSTOS DE CONHECIMENTO 519
1.5.1. Supressão de Instância 520
1.5.2. Dilação probatória 522
1.5.3. Constrangimento ilegal direto ou indireto 523
1.6. LEGITIMIDADE: SUJEITOS DO *HABEAS CORPUS* 524
1.6.1. Paciente 524
1.6.1.1. Possibilidade de impetração do *writ* em benefício da coletividade indeterminada (*habeas corpus* coletivo) 525
1.6.2. Impetrante 528
1.6.3. Coator 529
1.7. COMPETÊNCIA PARA O JULGAMENTO 531
1.7.1. Competência do Supremo Tribunal Federal 532
1.7.2. Competência do Superior Tribunal de Justiça 533
1.7.3. Competência dos Tribunais Regionais Federais 534
1.7.4. Competência dos Tribunais de Justiça 534
1.7.5. Competência das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Criminais 535
1.7.6. Competência do juiz singular (federal ou estadual) 535
1.8. PROCEDIMENTO 536
1.8.1. Petição inicial e capacidade postulatória 536
1.8.2. Pedido liminar 537
1.8.3. Processamento e julgamento 539
1.9. *HABEAS CORPUS* NA PRÁTICA 544

1.9.1. *Habeas corpus* em caso concreto com fundamento no art. 648, I, do CPP 545

2. REVISÃO CRIMINAL 554

2.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS E NATUREZA JURÍDICA..... 554

2.2. CONCEITO E CABIMENTO 556

2.2.1. Sentença condenatória contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos (art. 621, I, do CPP)..... 556

2.2.2. Sentença condenatória fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos (art. 621, II, do CPP) 562

2.2.3. Superveniência de provas novas da inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena (art. 621, III, do CPP) 563

2.3. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E SITUAÇÕES RELEVANTES EM SEDE DE REVISÃO CRIMINAL 565

2.3.1. Revisão criminal contra decisão absolutória imprópria..... 565

2.3.2. Revisão criminal contra decisão absolutória visando alterar o fundamento legal da absolvição 566

2.3.3. Revisão criminal no rito do Tribunal do Júri 567

2.3.4. Revisão criminal contra decisão do juiz da execução criminal..... 569

2.3.5. Revisão criminal objetivando reconhecer nulidade processual 570

2.3.6. Revisão criminal objetivando reconhecer a extinção da punibilidade 571

2.3.7. Revisão criminal objetivando a readequação típica do crime ou a diminuição da pena 572

2.3.8. Revisão criminal objetivando o oferecimento de acordo de não persecução penal de forma retroativa 572

2.3.9. Revisão criminal objetivando reconhecer transação penal .. 573

2.3.10. Revisão criminal em caso de *impeachment* 574

2.4. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS 574

2.4.1. Legitimidade para a interposição 575

2.4.2. Competência para processamento e julgamento 576

2.4.3. Ausência de prazo para ajuizamento 580

2.4.4. Dilação probatória e ajuizamento de justificação criminal pretérita à revisão criminal 580

2.4.5. Intimação do assistente de acusação habilitado na ação penal originária acerca do ajuizamento da revisão criminal.....582

2.4.6. Ordem dos atos procedimentais 582

2.4.7. Recursos e meios de impugnação cabíveis contra as decisões proferidas em revisão criminal 584

2.5. EFEITOS DA REVISÃO CRIMINAL..... 585

2.5.1. Efeitos da interposição 585
2.5.2. Efeitos do julgamento 586
2.6. REVISÃO CRIMINAL E JUSTIFICAÇÃO CRIMINAL NA PRÁTICA 587
2.6.1. Revisão criminal em caso concreto com fundamento no art. 621, III, do CPP 588
2.6.1.1. Modelo de justificação criminal com base no caso concreto narrado 591
2.6.1.2. Modelo de revisão criminal com base no caso concreto narrado 596
3. MANDADO DE SEGURANÇA CRIMINAL 600
3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS E NATUREZA JURÍDICA 600
3.2. CONCEITO E CABIMENTO 601
3.2.1. Espécies de mandado de segurança 603
3.2.2. Vedações ao manejo do mandado de segurança 604
3.2.3. Hipóteses comuns de cabimento do mandado de segurança na esfera criminal 606
3.2.3.1. Decisão que indefere a habilitação do assistente de acusação 606
3.2.3.2. Decisão que determina o sequestro de bens do indivíduo quando ausentes os requisitos legais 607
3.2.3.3. Direito de acesso do advogado aos autos de inquérito policial sigiloso 607
3.2.3.4. Exclusão do nome do impetrante dos registros externos de antecedentes criminais 610
3.2.3.5. Trancamento de ação penal em que figura no polo passivo pessoa jurídica 610
3.3. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS 611
3.3.1. Forma e prazo 611
3.3.2. Espécies de tutela 611
3.3.3. Competência para o julgamento 612
3.3.4. Legitimidade ativa e passiva 613
3.3.5. Processamento 615
3.3.6. Recursos em face das decisões no mandado de segurança 616
3.4. MANDADO DE SEGURANÇA NA PRÁTICA 617
3.4.1. Mandado de segurança criminal interposto pela defesa em caso concreto 618
4. RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL 624
4.1. NATUREZA JURÍDICA, CONCEITO E CABIMENTO 624
4.2. COMPETÊNCIA PARA JULGAR 626
4.3. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS 628
4.3.1. Prazo, forma e processamento 628

5. CORREIÇÃO PARCIAL 629
5.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS, CONCEITO E CABIMENTO 629
5.1.1. Aplicação do princípio da fungibilidade no âmbito da correição parcial 633
5.2. NATUREZA JURÍDICA 635
5.3. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS 638
5.3.1. Interposição de recursos especial e extraordinário contra as decisões proferidas em correição parcial 640
5.4. EFEITOS 640
5.5. CORREIÇÃO PARCIAL NA PRÁTICA 641
5.5.1. Modelo genérico de correição parcial para defensores 643

BIBLIOGRAFIA 647